

SR. JUNIOR: Olá pessoal, boa noite. Agradeço a presença de todos. Nós já temos 15 conselheiros presentes, então já tem mais que a metade para gente dar início. A pauta de hoje está um pouco extensa. Então por isso a gente já está antecipando. Só uma informação. A gente está tendo aqui no primeiro andar uma reunião de associações de moradores. Então, se alguém eventualmente for participar da reunião da associação de moradores é no primeiro andar, na sala dos ex-prefeitos. Aqui é a reunião do COMDEMA, que é o Conselho do Meio Ambiente.

Informes gerais. A semana passada, na sexta-feira, nós fizemos aqui no auditório a assinatura da Ordem de Serviço da contratação do Plano Municipal de Arborização, com o professor Demóstenes, falando também da importância. Alguns estiveram presentes, podem estar. O prazo de dez meses para que o professor entregue o plano para que a gente consiga colocar em prática e executá-lo. Aí vem a segunda etapa, que é uma etapa mais complexa, mas a primeira já está em desenvolvimento. Alguém tem alguma outra consideração a fazer antes da gente dar início à pauta? Alguém quer pedir a palavra? Então vamos lá. Na sequência, é a Reunião 227ª, Reunião Ordinária do COMDEMA, dia 25 de setembro de 2025, aqui no auditório do Paço Municipal. Nós temos então como pauta a aprovação das atas das Reuniões Ordinárias 224, 225, 226 e os informes gerais. Depois nós vamos fazer a manifestação sobre a implantação da atividade da Xield Medical Solutions. Processo 1422/2025, o pessoal já está aqui, daqui a pouco eles virão para apresentar para vocês. Manifestação sobre o empreendimento no Jardim Varella. Processo 16.810/2017. A análise da desafetação da Praça do Jockey Clube para a abertura da rua, é o processo 19699/2023. O Sebastião está aqui. Depois ele vai apresentar também. A indicação, nós temos que escolher hoje também um representante titular e um suplente do Conselho do COMDEMA para compor a Comissão do Plano Diretor, a Comissão de Revisão do Plano Diretor. Então depois, a gente vai fazer uma candidatura, uma eleição, do representante que vai participar da Comissão do Plano Diretor. E, por fim, uma manifestação sobre o parecer jurídico acerca do Programa Municipal de Educação Ambiental, o PROMEA, e a minuta de um decreto que já foi apresentada pela Procuradoria. Ok? Alguém tem algo a falar? Não? Podemos dar início então? Vou chamar o pessoal para vir aqui apresentar a atividade para vocês.

SR. GUILHERME: Boa noite a todos. Meu nome é Guilherme, eu sou um dos sócios fundadores da empresa Xield. O Fabrício é meu sócio, também fundador da Xield Medical. Nós estamos aqui para tentar explicar para vocês um pouco a nossa atividade, para que vocês emitam parecer em cima da manifestação ambiental solicitado pelo processo da CETESB, com a aprovação das atividades industriais da empresa lá no Swiss Park, que é onde a empresa está localizada. Então a gente queria explicar, contextualizar vocês o que nós fazemos lá, quais são os produtos, quais são as atividades que a gente realiza lá dentro. Então, para um panorama geral, o que é a Xield? A Xield é uma empresa de nanotecnologia, ela é uma startup, então é uma empresa pequena. Nós somos, não dá dez pessoas lá, assim, a equipe é muito enxuta e nós trabalhamos com produto de alta tecnologia. A linha médica da Xield, a Xield tem várias linhas, a linha médica, que é o que nós estamos pleiteando da CETESB, lá no Swiss Park, ela nasceu com o propósito de tentar diminuir infecções hospitalares, que hoje a infecção hospitalar é um problema muito sério para o sistema como um todo. É uma coisa que é muito difícil de você mensurar. Não dá para estimar muito bem o tamanho do prejuízo que isso causa. Então a gente nasceu com um propósito para essa função. Essa foi a nossa missão. Então, a Xield, hoje a maior problemática que ela tenta combater são as infecções de centro cirúrgico, através do nosso principal produto, que depois mais para frente eu vou falar para vocês, mas hoje você tem praticamente 38% do total das infecções dentro de um hospital, elas vêm de infecções de centro cirúrgico. Então 16% do total das infecções são impacientes e 16% são hospitalares. Isso daí aumenta, mais ou menos, em 7.5 dias o tempo de internação do paciente. Então você imagina o custo que isso gera para o sistema de saúde. E hoje a gente sabe que a maior permanência, ela acarreta aí em 73% do custo do hospital por causa da permanência dos pacientes lá dentro. Aqui no Brasil não tem dados disponível, mas lá na Europa tem e eles estimam que cerca de 4.1 milhões de pacientes adquirem essas infecções anualmente. Na Espanha, o custo médio de uma infecção dessa cai na ordem de € 10 mil por cabeça e na Itália, € 32 mil. Então você impacta em maior mortalidade, morbidade e tempo de internação, no número de internação e custo total do sistema de saúde europeu, só das infecções de centro cirúrgico é estimado em € 19 bilhões por ano. Então a gente tem uma parte da solução, o que é uma parte da solução? Qual que é a solução

para você diminuir essas infecções, né? Você trabalhar na segurança dos pacientes, programas de prevenção, redução de custo operacional você vai acarretar. Então tem uma série de vantagens. E no nosso caso, a gente trabalha numa dessas linhas, que é a linha da prevenção. E a gente faz isso através dos nossos fios de sutura. Então, esse é o nosso principal produto lá dentro hoje. Esse é o produto estrela da empresa. A gente desenvolveu um fio de sutura não absorvível, que é o último fio que se usa numa cirurgia, que geralmente os fios internos são absorvidos pelo corpo, acaba absorvendo dentro do organismo, não precisa ser retirado e ele não está tão exposto às infecções quanto os não absorvíveis. Então os nossos fios de sutura não absorvíveis, eles são antimicrobianos, eles promovem uma cicatrização mais rápida, eles diminuem o tempo de internação, diminuem o risco de contrair infecção e todos esses *claims*, essas afirmações que a gente faz, a gente fez através de uma avaliação in vivo na FAMECA, Faculdade de Medicina de Catanduva. Então a gente fez um trabalho junto com eles e a gente conseguiu comprovar todos esses benefícios que o nosso produto traz para o mercado. A gente já fez os protótipos junto com a Mazzaferro, que é uma das maiores fabricantes de fio de sutura do mundo, por um acaso, ela é brasileira. Então os nossos protótipos foram fabricados lá e aí a gente testou na FAMECA para gente conseguir validar isso daí. Só para vocês terem uma ideia do efeito, é mais ou menos isso aqui. Isso aqui é um fio normal convencional, então ele não tem nenhuma atividade. Se você coloca uma placa de Petri, que é onde se usa para fazer colônia de bactérias, ele não apresenta nenhuma função e o nosso fio, com nosso aditivo, você vê que a bactéria não consegue chegar perto. Por isso que acaba diminuindo a número de infecções. E fora o fio de sutura, que é o nosso principal produto, a gente ainda fabrica hemostático. O hemostático nada mais é do que uma fécula de batata modificada, fécula de batata, não sei se vocês conhecem, é a maisena, é um amido, maizena é amido de milho. A gente trabalha com amido de batata, que também é um estanca sangue. E por que que a gente faz isso? A gente faz isso porque o nosso produto, ele tem que ser absorvido pelo corpo humano, porque ele é usado em cirurgias. Não é o um produto que você aplica, por exemplo, as mulheres sabem muito bem disso, quem vai na manicure, às vezes corta o dedo, elas colocam um pozinho lá para parar o sangramento. Aquilo lá é um hemostático também, mas ele não é absorvível. O nosso é absorvível, por isso que ele base vegetal. E fora isso, a gente também está trabalhando no desenvolvimento de biovidro. Biovidro é um enxerto ósseo, com uma alta atividade de regeneração, curativo e *copings* para implantes. Então você tem o implante de um fêmur, por exemplo. A gente aplica mesmo a mesma tecnologia que a gente coloca no fio de sutura, a gente consegue colocar no fêmur para aumentar a compatibilidade dele com o corpo, cicatrizar mais rápido e tudo mais. Então, basicamente a nossa empresa é isso. E o que a gente queria mostrar para vocês? O que a gente faz lá de atividades lá. Então, o histórico é, mais ou menos, isso daqui. A gente na empresa Nano... A gente fabrica o *master batch*. Na verdade, a gente não fabrica, a gente fabrica o princípio ativo aqui dentro. Isso aí a gente faz lá na Xield Nano, que é outra empresa, não é a Medical. E a gente manda isso aqui para uma empresa que processa plásticos, isso aqui são grãosinhos de plástico. Isso daqui é feito em terceiro, não é feito lá dentro de casa, porque para fazer isso aqui precisa ter um maquinário enorme. Então a gente fabrica esses concentrados aqui, são industrializados em terceiro, a gente manda isso daqui para a Mazzaferro, a Mazzaferro faz aqueles carretéis ali, aquele rolo de fio que fica na mão daquela senhora e esses rolos de fios voltam para a gente. Aí, quando ele volta para a gente, é que a gente, de fato, vai fazer o fio de sutura. O que é o fio sutura? Isso daqui é o que vai ser fabricado na Medical. Então ele é um envelopinho onde a gente coloca um fio com uma agulha na ponta. Então a gente corta esse carretel no tamanho adequado, tem tamanhos padrões, de 45, de 90, de 1 metro. A gente coloca a agulha na ponta e a gente faz o que é chamado de Mazzaferro. Então é uma maquininha que ela vem e ela fecha, ela encastoa a agulha no fio. Então, as nossas operações industriais lá, no Swiss Spark, são para fabricação disso daqui. O hemostático também. A gente não fabrica o amido. Nós não somos um moinho. Não é uma fábrica muito grande. Ali é tudo, as nossas salas lá tem 50 metros quadrados. Lá é menor do que esse auditório, então não dá. Então lá a gente compara o amido já pronto no mercado, a gente manda para um terceiro que faz a modificação dele, é uma modificação física, ele passa por processos físicos para modificar. Isso daí volta para gente, a gente embala nessa embalagem que está passando para vocês. E aí também coloca num saquinho cirúrgico. Então a operação da Xield, na verdade, ela não é de fabricar produtos, ela é de montar o produto na fase final dele. Por quê? Porque depois que tudo é montado, a gente tem que esterilizar para poder vender no mercado médico hospitalar. Isso também não é feito lá

dentro. Isso daí, a esterilização, são empresas especializadas em esterilização que fazem as esterilizações para o mercado todo, não só para nós. Então, ali é um ambiente de produção muito controlado. Nós temos uma sala limpa. Nós temos os acessos muito controlados. Então, para todo lugar que você vai lá no Swiss Park, você tem que se paramentar. Tem todo um sistema de controle, de rastreabilidade de material. Então é uma mini fábrica que ela monta tudo no final. Então é tudo muito bem desenhado, paramentado, controlado e documentado. A gente já tem a aprovação da Vigilância Sanitária Municipal. Eles foram lá, fazem a inspeção na nossa fábrica. Então, modéstia à parte, nós fomos a primeira fábrica que eu conheço, que foi aprovado primeiro e agora a gente precisa da CETESB, porque a gente poder fabricar, começar a fabricar, para a gente poder pleitear a autorização de funcionamento da Vigilância Sanitária nacional, porque os nossos produtos são Classe 4, eles são implantáveis. Então, a gente precisa da aprovação da Anvisa para poder vender esse tipo de produto. Então a gente está pleiteando a CETESB exatamente por isso. Então, na verdade, essa é a nossa operação. Eu queria explicar isso para vocês antes de vocês tomarem a decisão do risco que a gente representa. Porque os resíduos que a gente gera, a gente tem tudo controlado. Nós temos empresas que fazem as coletas de tudo o que a gente gera de resíduo, que gera não, que vai gerar, a gente não está em operação ainda, mas a gente já tem empresas que vão fazer essa coleta, vão fazer a destinação correta desses lixos, mas tudo o que a gente gera de resíduo são resíduos classificados como resíduo doméstico. A gente não tem nenhum resíduo de alta periculosidade. E era isso que eu queria mostrar para vocês. Então pode ter resto de hemostático? Não tem problema, é amido de batata. Pode ter resto de embalagem? É plástico, é reciclável, resíduo doméstico. Pode ter restos de fios de sutura? Também é plástico. Sutura geralmente são polipropileno ou poliamida, que são plásticos comuns no nosso dia a dia, ou restos de agulha, que é aço inox, também lixo reciclável, lixo doméstico. Então, basicamente... E o hemostático e os outros produtos a gente não está fazendo ainda. Vamos começar a fazer isso lá para o ano que vem. Mas de qualquer forma, eles são produtos minerais, também não representam nenhum equilíbrio para meio ambiente ou contaminação. E os nossos volumes também são ridiculamente pequenos, não sei se a gente conseguiria contaminar qualquer coisa. Então, basicamente é isso que eu queria apresentar para vocês. Me coloco à disposição em caso de dúvidas, coloco a empresa a disposição de vocês, se vocês tiverem curiosidade, quiserem conhecer, as portas estão abertas. Bom, é isso. Espero que eu tenha conseguido passar a mensagem para vocês. Obrigado.

SR. JUNIOR: Ok, obrigado então pela apresentação. Vou passar a palavra pros conselheiros. Alguém tem algum questionamento a fazer? Paulo.

SR. PAULO: Boa noite a todos e todas. Paulo Mancini, ONG Veredas. Eu quero primeiro cumprimentar, Guilherme, pela apresentação e pelo trabalho que vocês fazem. É sempre gostoso a gente saber de empresas de alta tecnologia aqui em São Carlos. Na realidade é mais assim, algumas curiosidades que eu tenho. Uma é o significado do nome da empresa e o que também não fica muito claro porque, na sua exposição, eu entendi que vocês praticamente montam só, mas no final você falou em fabricação. Então quer dizer que, na verdade, a fabricação é apenas a montagem de todas as peças necessárias para criar esses produtos que vocês fazem. Eu acho que é isso. Eu acho assim, esse processo está passando por aqui porque o Swiss Park que está na Feijão, na proteção e recuperação do manancial do Feijão e existe essa exigência, mas a gente vê que é um tipo de atividade que não oferece riscos. Eu acho até que já deveríamos ter talvez um conjunto de normas e critérios que todas as empresas que ficassem lá no Swiss Park, quer dizer, nem se instalariam lá se fossem oferecer algum risco para essa área de proteção e recuperação do manancial. E aí facilitaria, porque diminuiria o tempo de passagem entre diversos órgãos. Mas é sempre bom a gente ter oportunidade de ouvir exposições como a sua. Muito agradecido.

SR. GUILHERME: Muito obrigado. Eu concordo contigo. A Xield Nano, por exemplo, a gente não está lá porque ali tem uma manipulação química de produção um pouco mais pesados, então realmente faz sentido isso. Em relação ao nome, porque Xield, com X ainda. Porque eu não sei se você lembra, lá em 2020, uma empresinha de São Carlos conseguiu desenvolver uma máscara que matava o Covid? Fui eu. E aí, naquela época, a gente criou a empresa. Ela vendia máscaras, indumentárias médicas e hospitalares e o X é uma alusão a um escudo, da mesma forma como os braços faz um X. Isso, exatamente. Então essa foi a origem do nome Xield. E aí a gente só manteve. E aí a gente extrapolou isso para todas as linhas. Então, hoje a gente tem uma outra linha que a gente trabalha, por exemplo, com hidrogênio verde, que

é o futuro da mobilidade urbana e tudo mais. E continua chamando Xield, que não tem nada a ver com hidrogênio verde. Então acabou ficando, mas a origem foi essa. E em relação à fabricação, o Fabrício aqui, meu sócio, ele é muito mais expert do que eu, ele vai te explicar por que o nosso processo chama fabricação.

SR. FABRÍCIO: Boa noite, tudo bem? Fabrício. Fabricação primeiro porque, perante a Anvisa, quando a gente faz o cadastro da empresa na Anvisa... Bom, primeiro começa o cadastro da empresa na própria Junta Comercial e tudo mais. E o CNAE é um CNAE de fabricação para produtos médicos, hospitalares e odontológicos. No nosso caso, não eletrônicos. Porque você também tem o eletrônico caso você queira fabricar equipamentos eletromédicos, por exemplo. No nosso caso, é não eletrônico. Então, o nome fabricação já começa por aí. E na Anvisa, quando a gente registra o produto, a empresa se caracteriza como fabricante legal. Quando eu submeto um registro para a Anvisa, eu preciso dizer quem é o fabricante legal, detentor e responsável por aquele registro e por aquele produto que está no mercado. Então o fabricante tem de tudo isso. É o que a gente está demonstrando aqui é que o nosso processo de fabricação não é um processo industrial. Quando há a necessidade do processo industrial, como o Guilherme disse, fabricação do fio sutura, por exemplo, transformar os *master match* de plástico em fio de sutura, isso é terceirizado com uma empresa lá em São Paulo, que chama-se Mazzaferro, inclusive. Então, dentro da Xield Medical, a gente não tem um processo industrial, o que a gente tem é um processo de recebimento de matéria prima. Quando a necessidade de um processo industrial, a gente demanda com terceiros e, quando retorna isso, a gente faz todo o processo ali de limpeza. E quando eu falo limpeza é um álcool 70, que é basicamente uma desinfecção, e quando a necessidade para montagem, por exemplo, da agulha no fio. A gente faz as embalagens, que é um envelope grau cirúrgico, que é um papel com plástico, que é pet. E o processo de esterilização, que também é um processo que envolve um produto químico, o óxido de etileno, também é feito um processo terceiro, que é uma empresa que fica em Araçoiaba da Serra, ao lado de Sorocaba. Então, a questão do nome fabricação vem desses aspectos. Mas a atividade que a gente tem lá não é uma atividade industrial, é uma atividade muito mais de montagem dessas linhas de produto.

SR. LAERTE: De controle de qualidade. Eu tenho uma pergunta, curiosidade. Laerte Rigo, Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos. Parabéns para vocês. Conversei recentemente com o professor Silvio. Essa questão, de fato, de alta tecnologia, que está no cargo técnico e a gente tem esse enfrentamento da APREN do Feijão. Foi muito bom ouvir, Paulo Mancini, um dos capitães, um cara que propôs essa lei, de que deveríamos já ter mudado. Ou seja, tem coisas que não causam dano ao meio ambiente. Não tenha dúvida. Então eu acho, Paulo, você levantou a bola. Eu acho que poderia colocar ainda este ano, se possível, um grupo de trabalho para fazer isso. Porque não é uma atividade que causa risco. Então vamos aproveitar a tua levantada de bola para gente cortar isso daí e facilitar a vida dos empreendedores, pesquisadores, das startups que estão chegando. Às vezes vão embora porque falam: Não tem espaço, mas eu não posso trabalhar. A gente coloca muita dificuldade para algumas coisas. Então parabéns pela tua fala. Eu acho que ajuda a gente levantar bem essa bola. Então vocês também, parabéns, sigam em frente.

SR. GUILHERME: Obrigado.

SR. JUNIOR: Pedro, quer fazer a pergunta, Pedro? Deixa eu passar para você. Pronto.

SR. PEDRO: Parabéns pela iniciativa. É muito interessante. Eu ouvi alguma coisa muitos anos atrás em Israel, mas eles não mostraram muito também o projeto, que foi na época da Guerra do Golfo. Agora, o que eu posso dizer, lá o professor Silvio, que vocês não estariam lá se tivessem irregular. Eu tenho certeza. O que eu queria perguntar é porque eu peguei essa linha, não sei como chamam esse fio.

SR. GUILHERME: É o fio de sutura.

SR. PEDRO: Para mim vai ser linha, tá? Qual é a capacidade de carga? Porque eu tentei, e realmente assim, talvez tenha outros usos além do hospitalar assim, forma industrial. Porque ele é um fio de cabelo, mas assim, a resistência e parece ser um polímero. Não sei, parece ser um polímero.

SR. GUILHERME: Mas é um polímero, porque nesse caso aqui é um fio de poliamida, um polímero, então foi amplamente utilizado. Esse tipo de fio, a gente chama ele de monofilamento porque ele é um fio único. Tem um outro fio, que é o multifilamento, que é como se fosse várias linhas trançadas. Esse de várias linhas traçadas, que a gente chama multifilamentado, ele tem uma resistência à tração e à

exploração até, inclusive, bem maior que isso daqui. Porque esse tipo de fio, só para você ter uma ideia, esse tipo de fio é muito utilizado para fechamento de corte mesmo ou de procedimento cirúrgico, mas fechamento externo. O fio trançado, ele é para uso interno. Então quando, por exemplo, um ortopedista ou um cirurgião, ele vai fazer uma reconstrução do ligamento do ombro em que ele coloca, por exemplo, o que a gente chama de uma âncora, que é o parafuso, que pode ser de titânio, pode ser de bic e aí ele usa o fio de sutura para pinçar o ligamento, trazê-lo no lugar. Até por isso chama âncora o parafuso porque ele traz no lugar. E aquilo tem que aguentar a movimentação e a tração. Você tem uns nos ombros, né? Tem que aguentar essa atração por longo tempo. Tem que segurar, o cara vai pegar peso e tudo mais. Então ele é muito... Eu já fiz uma experiência de uma âncora dessa, de parafusar no teto, por exemplo, e colocar um peso de 30 quilos embaixo e o fio não rompe. A questão da resistência mecânica dos fios, ele é normativo. Tem uma norma da ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas, salvo engano NBR 13904, que é específico para fio sutura, onde ela traz o mínimo de resistência que cada fio tem que ter. Inclusive você tem diversos diâmetros de fio. Esse é um deles, que é fino. E tem fios, por exemplo, para oftalmologia, que é muito mais fino do que isso daqui. Então que aí, dependendo da indicação, você usa o diâmetro e cada diâmetro tem um limite de resistência.

SR. PEDRO: Muito interessante. Parabéns! Eu acho que vocês têm um mercado gigante no exterior também. Parabéns!

SR. GUILHERME: Obrigado.

SR. JUNIOR: Vou passar agora para Rita.

SRA. RITA: Obrigada pela apresentação. Meu nome é Rita, eu sou representante aqui da Associação de Moradores. Bom, eu queria primeiro perguntar uma coisa. Quanto tempo vocês estão em processo de licenciamento?

SR. GUILHERME: Está falando do ambiental?

SRA. RITA: Esse processo todo para poder entender a questão de...

SR. GUILHERME: A gente tem o licenciamento sanitário, tem o licenciamento ambiental, então é um caminho longo.

SRA. RITA: Faz muito tempo?

SR. GUILHERME: Desde dezembro do ano passado.

SRA. RITA: Desde dezembro do ano passado. É porque assim, eu só gostaria de colocar o meu posicionamento a respeito dessa questão de liberação. Eu entendo que, pelo que vocês expuseram que os riscos são baixos, mas eu acho que é necessário passar por todo esse processo para que a sociedade seja informada. Porque um dos maiores retrocessos que nós tivemos recentemente foi a PL da Devastação, que implica em uma liberação até de auto aprovação por parte dos empreendedores, com discurso de que você estaria facilitando o empreendedorismo. Eu não estou falando de vocês. Então, assim, é um tempo relativamente curto, desde dezembro até agora. Então acho que a gente realmente, quando os tempos são mais longos, a gente sabe que também tem uma série de implicações bastante importantes e são necessárias. Então assim, eu só queria colocar exatamente isso. E eu tenho a impressão de que o Paulo não disse que nós deveríamos facilitar a legislação atual da APREN, muito pelo contrário. Mas que, no caso de determinadas atividades, poderiam ser ter outros caminhos de avaliação, isso sim. Então, só para a gente... Eu só gostaria de me posicionar de que a gente precisa ter uma série de regulamentações que determinadas atividades precisam ser avaliadas. As atividades, sejam elas industriais ou de montagem, elas precisam ser avaliadas. Mas de qualquer maneira, parabéns pelo trabalho. Realmente a gente precisa de atividades inovadoras, porque a gente precisa reindustrializar o país e não é o que nós estamos fazendo atualmente. Nós estamos num processo de desindustrialização e ou partindo para atividades agropecuárias, atividades como construção civil em alguns casos, mas de baixo valor de mão de obra, etc. que causa alguns problemas sociais e econômicos importantes para o país. Espero que vocês não exportem para Israel, ok? E não tratem negócios com Israel, porque nós devemos combater essa situação. Obrigada.

SR. JUNIOR: Obrigado, Rita. Laerte?

SR. LAERTE: Indiretamente, eu acho que eu fui citado. Mas quando eu falei do Paulo Mancini você tem atividades, e é isso que o Paulo quis falar, é que a gente pode facilitar, ou seja, o processo mais rápido, existem atividades e atividades. Então o Paulo, acho, quis falar exatamente isso e foi o que eu completei.

Eu acho que, como eu já falei para uma pessoa aqui, a questão de responsabilidade, questão de CPF, história das pessoas que fazem parte desse Conselho. Eu acho que só para [...], eu reforço o que o Paulo falou. Nós temos que ter as atividades que não são grandes problemas para APREN e não liberar geral.

SR. JUNIOR: Mais alguém? Vamos lá, só para gente finalizar.

SR. PAULO: Só esclarecendo, acho que o Laerte não está errado. A Rita também não está errada. Porque assim, nós temos os Swiss para a incubadora de empresas de alta tecnologia. Então, junto com Swiss Park, a gente pode criar um conjunto de critérios das empresas que vão ali se instalar e, obedecendo aqueles critérios, a liberação é mais rápido, já tem isso. Isso daí eu acho que o Laerte entendeu certo, no sentido que a gente quer facilitar porque ali é uma incubadora, ela ocupa um espaço físico, está dentro da APREN. Então, se já tem tudo estabelecido, o tipo de empresa, a gente não precisa se preocupar porque, eventualmente, algum monitoramento, alguma fiscalização lá, já vai ver que está tudo funcionando de acordo com as normas existentes. Muito agradecido.

SR. JUNIOR: Obrigado. Mais alguém? Então agradecer ao Guilherme e o Fabrício pela apresentação, parabenizá-los também pela empresa, pelo produto e tecnologia. Vamos colocar em deliberação a aprovação ou não aprovação da atividade? Alguém é contra a manifestação favorável do COMDEMA a atividade? Não? Então aprovado por unanimidade. Obrigado pela apresentação.

Tem uma solicitação do Sebastião, ele tem um compromisso e ele gostaria de apresentar a questão da pauta dele, que é a abertura de uma via que é rápida, para que depois a gente passe ao empreendimento do Jardim Varella. Podemos fazer essa alteração? Sim? Pode, Ana? Ana concordou então nós vamos fazer. Sebastião, por favor. O Anderson vai colocar.

SR. SEBASTIÃO: Boa noite. Sebastião, Secretaria Municipal de Segurança Pública e Mobilidade Urbana. Nosso assunto é bem rapidinho. Nós temos uns projetos de melhoria na região do Jockey Clube do Sistema Viário. A implantação, dentre as propostas, é a implantação de binários, são de circulação de sentido único e também com previsão de a gente fazer as melhorias das vias marginais que tem ligação. E as duas ruas que nós temos proposta, inclusive, que faz ligação no dispositivo ali da Washington Luiz é a Rua Rio Araguaia e a Rio Amazonas, a gente gostaria de fazer um binário. Na Rio Araguaia tem um trecho dela que ela passa por uma praça e que a rua, ela está truncada e é esse trecho nós estamos pedindo a desafetação para dar continuidade. Na verdade, olhando historicamente na formação do bairro, ali já era para ser rua, mas por alguma gravidade, acabou ficando, parte da praça tem quadras do lado, mas a abertura não implicaria em modificação da parte da quadra, porque não tem nenhum impacto direto de forma ambiental. Só para a gente elencar, para talvez se localizar. Aqui é o Casali, o Dream Santo Antônio. Essa via aqui é a Rio Amazônia e essa aqui é a Rio Araguaia. Então, nesse trecho, nesse ponto aqui, entre essas duas, é o trecho que as ruas, elas têm descontinuidade, são ruas truncadas. Então ela para aqui na praça e é esse trecho justamente que nós estamos pedindo a abertura. A ideia é justamente nós criarmos um sistema binário entre essas duas, a Rio Amazonas e a Rio Araguaia.

Na verdade, acho que ela nem está identificado como sistema de lazer lá. Ela tem um quadras aqui. Tem algumas quadras aqui do lado, mas pelo projeto, a gente pega o projeto antigo ali, pelo projeto do bairro, já era para ser rua. Por alguma questão, ela acabou virando parte da praça e não deu continuidade.

É isso. A solicitação é só para desafetação, para gente dar continuidade. Nós já passamos pelo COMDUSC, isso já passou pela PGM, a PGM que sugeriu passar pelos Conselhos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Fazer uma pergunta. A questão de dimensão, de tamanho de largura? Só para ter uma ideia de quanto que vai ser essa intervenção, essa abertura. Tem esse número?

SR. SEBASTIÃO: A largura dela, em tese agora, ela vai seguir o mesmo padrão do [...] que já existe na Rio Araguaia. Então já existe, ela se encontra, ela só tem descontinuidade, então chega nela, morre. Quando você vira do outro lado, ela continua. Então vai seguir a mesma [...] do passado. Em questão de comprimento ela está entre essas duas aqui. Eu não sei te dizer o comprimento, mas é a largura da quadra.

SR. JOÃO: Ela já é praticamente usada, só não é asfaltada.

SR. SEBASTIÃO: Exatamente, Pedrazzani. Ela já é utilizada. Ela tem hoje lá piso intertravado. O pessoal utiliza ela como via. A gente só quer realmente fazer a desafetação e consolidar com o sistema viário.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E eu acho que não tem supressão de vegetação de árvores. Eu acho que também para abertura da via.

SR. SEBASTIÃO: Exatamente. O que nós olhamos lá não tem, teria talvez árvores próxima da quadra, mas é onde vai ficar justamente calçada, então não teria nenhuma supressão.

SR. JUNIOR: Vou abrir a pergunta então para o Paulo Mancini.

SR. PAULO: Bem, gente, eu acho assim, desculpa, eu estou sempre, não sei porque estou virado para cá, tem uma luz ali que atrai. Eu acho assim, é um problema pequeno, mas a gente sim, por princípio, a gente sempre tem que ser contra transformar uma área verde, um sistema de lazer em área de trânsito. Mas a gente percebe, claramente a gente tem... Não sabemos exatamente o que aconteceu, provavelmente para criação das quadras ali, então deixou essa área ali para servir de apoio a essa área de lazer. O que eu acho só que nesses casos é importante é ver se há alguma demanda popular para, às vezes realmente fazer essa rua ou o contrário, se há uma demanda popular para não fazer. Quer dizer, o pessoal que joga bola, que usa as quadras, fala: Não, isso não deve. Isso eu acho que é importante, que a gente sempre sabe de que se trata de problemas na cidade socioambientais. Então, não vejo problema nenhum, do ponto de vista estritamente ambiental. E do ponto de vista social, parece que há a necessidade do ponto de vista de tráfego. E por isso que o representante da Secretaria de Trânsito está expondo. Mas seria interessante sempre que tiver esse tipo de demanda, ter algum relatório, alguma coisa dizendo como que a população local vê isso. Porque, às vezes, acontece muito isso, todo mundo aprova e tal, chega na hora de executar, vem a população bater panela, reclamar. É só essa consideração. Muito agradecido.

SR. SEBASTIÃO: Paulo, perfeita a colocação. Só deixar claro assim, com relação à quadra, não vai ter nenhuma interferência. A área que a gente está propondo fazer intervenção, ela tem hoje o piso intertravado e ela é até utilizada hoje pelo tráfego, os veículos acabam utilizando, o pessoal passa muito. Então não vai ter esse impacto com relação a parte da quadra, o que existe hoje, a gente não vai fazer nenhuma alteração.

SR. PAULO: Contra ela ali, agora eles ampliaram. Ela já é uma via que é usada, né?

SR. SEBASTIÃO: Exatamente. É esse trecho que a gente vai dar continuidade, fazer essa ligação porque hoje a rua acaba não conseguindo passar e para atividade ou pra o trabalho que a gente quer aqui na região, para fazer essa melhoria no trânsito, seria essas duas vias nós criarmos binário. Hoje elas também são bem complexas na Rio Amazonas e a gente tem também obras, estamos fazendo uma ligação lá com a rodovia. Então é de suma importância fazer essa ligação aqui. Então, hoje ela já é utilizada, como a gente já colocou, pelo tráfego. E também a gente não vai mexer com relação à questão das quadras e mantendo também o calçamento aqui. Mais alguém?

SR. PAULO: Tiveram o cuidado de ouvir alguns moradores locais? Só para... Mas se não tiver...

SR. SEBASTIÃO: Não, não fizemos com relação a ouvir a parte da população da cidade.

SR. PAULO: Eu não tenho nenhum problema em votar a favor, nada contra vocês, mas sugiro que vocês façam isso. É importante a gente dar a notícia à população local do que a gente está fazendo. E dar a notícia antes de fazer, porque depois de feito, então é só isso. Não tem nenhum problema em votar favorável, não tem problema.

SR. ANDRÉ: Só esclarecendo. Esse processo passou no COMDUSC e integra o COMDUSC o presidente da Associação de Bairros. Então concordou também.

SR. JUNIOR: Mais alguém? Não? Podemos colocar em deliberação, então, a questão de aprovação da intervenção de abertura da via? Sim? Alguém tem alguma coisa contrária? Não? Então, aprovado também por unanimidade na questão da abertura. Obrigado, Sebastião.

SR. SEBASTIÃO: Obrigado a todos.

SR. JUNIOR: Agora a gente vai passar a apresentação do Jardim Varela com... Felipe que vai apresentar? Pode ser você mesma.

SR. FELIPE: Boa noite a todos. Meu nome é Felipe, eu sou engenheiro ambiental, responsável pelo desenvolvimento do Estudo de Impacto de Vizinhança e outros estudos que estão subsidiando a aprovação do Loteamento Residencial Jardim Varela. Bom, ele está localizado ao lado do Jardim Zanotta, que a gente fez apresentação recentemente, se eu não me engano na última reunião do COMDEMA.

O Jardim Varela, ele vai ser composto por 338 lotes. Está localizado na Zona 8B, que é a zona de ocupação controlada de média densidade, zona de expansão urbana. A área total do terreno possui 184 mil metros quadrados e a área urbanizada corresponde a 125 mil. Bom, ele está localizado na região sudoeste do

município, próximo do Abdelnur, do Zavaglia. Aqui está o lote do empreendimento. Aqui está o Zanotta, que foi o que a gente apresentou recentemente. Com os principais acessos ao empreendimento eles vão se dar pela Rua Evelyn Rua Evelyn Market, que vai ser feito prolongamento dela e pela Estrada Municipal Washington José Pera, que vai ser feito prolongamento dela e pela Estrada Municipal Washington José Pera. Bom, a estimativa populacional para o empreendimento, ela foi feita baseada nos dados da Fundação Seade. Eles apresentam um índice de ocupação de 2,81 habitantes por residência para o ano de 2020. E aí a taxa de ocupação, ela tende a diminuir, com o passar dos anos. Então a população máxima estimada é de 1014 mil habitantes. Bom, aqui está um mapa de zoneamento do município. Como eu disse, o lote está localizado na Zona 6B de expansão urbana. São diretrizes para Zona 6B: controlar a ocupação do solo como medida para a gestão do bem público, da drenagem urbana e da conservação do meio ambiente. Proteger e recuperar as áreas ambientalmente frágeis. Proteger e recuperar as APPs e instituir junto aos córregos das bacias de Santa Maria do Leme e do Água Quente as faixas verdes complementares de 30 metros, além da APP. Observar as restrições a ocupação da área de influência da estação de tratamento de esgoto, que é a ECRA. Prever e implantar diretrizes de infraestrutura viária e mobilidade urbana. Prever e implantar diretrizes de infraestrutura para a correta captação de água e destinação do esgoto na região do Chibarro e prever infraestrutura de drenagem capaz de suportar precipitações com período de retorno de 100 anos. Em relação aos coeficientes aplicáveis para o parcelamento do solo vale ressaltar os dois, que é o coeficiente de permeabilidade, de acordo com o Artigo 153 do Plano Diretor é aplicável para Zona 6B um mínimo de 30% de área permeável e coeficiente de cobertura vegetal um mínimo de 20%, de acordo com o 154 do Plano Diretor. Bom, aqui estão as tabelas do empreendimento. Então o loteamento, ele vai estar atendendo os 30% de área permeável mínima. Sem contar ainda a área que vai ser deixado nos lotes dos canteiros, os 30% que são atingidos só contando área verde do empreendimento e o fundo da bacia de retenção. Fora as outras áreas permeáveis que vão compor também o empreendimento. Bom, em relação ao coeficiente de cobertura vegetal, ele também já se atende os 20% só com área verde 1, que ela represente representa 28,94%. Mais 493 árvores que vão compor o projeto de arborização viária do loteamento. Então ele supera muito o que o Plano Diretor estabelece. Bom, em relação às áreas de interesse ambiental, como eu já disse, nas diretrizes para as Zonas 6B, esse círculo aqui é o limite da ECRA, que é o raio entorno da estação de tratamento de esgoto. E aqui, na margem do Córrego do Água Quente, está a APP e a faixa verde complementar que também estão fora da área do loteamento. Então aqui houve um ajuste no limite, aqui está o atual. Foi justamente para estar compondo área verde do empreendimento. Então aqui está o raio do empreendimento, da ECRA e o loteamento, ele vai estar sendo implantado somente nesse pedaço aqui fora. Bom, aqui está um mapa com as áreas de interesse social próximas ao empreendimento, ao Loteamento Jardim Varela. Então a gente tem a tipologia tipo dois mais próximo. Essas vermelhinhas aqui são tipo um é aqui a verdinha tipo três. Então a gente tem já algumas áreas no entorno que também são áreas de interesse social. Bom, aqui está o quadro de áreas de empreendimento. Como eu disse, a área total da Gleba é de 184 mil e área urbanizado 125 mil metros quadrados. Além disso, estão sendo doados os 7% de área institucional, a área patrimonial 5% e sistema de lazer 8,53, que vai ser contíguo ao sistema de lazer do Jardim Zanotta, já apresentado, vai ampliar ainda mais a área de sistema de lazer. Bom, aqui está o projeto urbanístico do loteamento. Em amarelo são os lotes residenciais. Marrom de uso misto. Aqui a gente tem uma área institucional. Aqui vai ser a bacia de retenção do loteamento, que vai estar atendendo tanto o Jardim Zanotta como o Jardim Varela. Aqui a gente tem a área patrimonial bem de frente com a via que vai ser implantada, vai ser feito o prolongamento dela. E aqui está o sistema de lazer, os 8% sistema de lazer, que vai ser contíguo ao sistema de lazer do Zanotta.

SR. PAULO: O lote, você tem de cabeça?

SR. FELIPE: 200 metros quadrados. Bom, para realizar esse estudo, a gente fez análise da área diretamente afetada, que é a área um, corresponde à área onde vai ser feito o loteamento. A área de influência direta, a partir da localização dos equipamentos públicos de saúde, lazer, educação, comércio, serviços, transporte público e sistema viário. E eu já havia apresentado numa outra reunião aqui do COMDEMA, um outro estudo que a gente fez, que foi de fragilidade ambiental, que foi um estudo da área de interesse ambiental, que também foi feito em cima da bacia do Água Quente.

Bom, aqui estão as áreas de influência, área de influência direta, área diretamente afetada e área de influência ambiental. Bom, em relação a área de influência direta, dentro dela a gente conseguiu mapear quatro equipamentos de lazer, cinco equipamentos de saúde e mais 12 unidades de educação, sendo oito escolas municipais e quatro escolas estaduais. Em relação à segurança pública, o empreendimento vai ser atendido pela segurança pública já existente no município, além da Guarda Civil. Aqui está uma, é que fica muito ruim a imagem. Aqui dentro da área de influência também existem equipamentos o comércio de serviços locais, supermercados, posto, quitanda, varejão, lanchonete e igrejas, templos. O empreendimento, ele vai ser atendido pelo sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia, telecomunicações, tudo isso já está presente na região. Foram desenvolvidos os estudos, os planos de resíduos. Vão ser apreciados pelo SAAE e aprovados. O empreendimento é atendido, existem sistema de transporte público próximos a ele. Em relação ao sistema de drenagem, como eu já disse, vai ser implantada uma bacia de retenção, com capacidade para atender tanto o Jardim Zanotta, como o do Jardim Varela e o excedente vai ser direcionado para o Córrego da Água Quente.

Bom, em relação a supressões e intervenções, foi desenvolvido o Laudo Técnico de Recursos Naturais pela Ana Paula e para a implantação do loteamento será necessária a supressão de 60 indivíduos, o corte de 60 indivíduos arbóreos nativos. E vai ser compensado com plantio de 6 mil metros quadrados. Para implantação do sistema viário. Para isso, é necessário que aquele prolongamento da rua, a supressão de vegetação, floresta nacional em estágio inicial. Então vai ser necessário a expressão de 3676 mil metros quadrados e vai ser compensado 6616, de acordo com a Resolução SEMIL 002/2024. E para intervenção em APP, que é aquela interligação do sistema de drenagem, até o córrego, 265 metros quadrados.

Bom, esse licenciamento vai ser feito junto a CETESB, que é o órgão ambiental responsável. Aqui está a planta urbanística ambiental. Então aqui está a localização da vegetação necessária para a implantação do sistema viário. Esses pontinhos pretos são as árvores isoladas. E aqui está a faixa. Necessária para estar fazendo a interligação da bacia de retenção até o córrego. É só esse trequinho aqui o que vai precisar estar fazendo uma expressão e toda essa área aqui é a área que vai ser revelada. Então vai ser tudo liberado aqui. Então, além de tudo, ainda vai haver um plantio adicional dentro da ECRA.

Bom, em relação aos impactos gerados pela implantação do empreendimento, a gente identificou a impermeabilização do solo, aumento do escoamento superficial da água, eventual ocorrência de processos erosivos e remoção da vegetação. Em relação a poluição e incômodos: aumento da poluição sonora e do ar, emissão de material particulado, geração de tráfego, emissão de gases de efeito estufa durante a construção e operação e a pressão sobre serviços públicos que o aumento da demanda por água, coleta de esgoto, transporte público e geração de resíduos. E para todos esses impactos foram propostas medidas mitigadoras. E os impactos positivos relevantes: melhoria econômica, geração de emprego, aumento da arrecadação, valorização imobiliária da região. Desenvolvimento da infraestrutura urbana à implantação de novas redes de distribuição de água, coleta de esgoto, melhoria do sistema de drenagem, melhoria do sistema viário, em relação a melhora da qualidade ambiental e de vida, o empreendimento vai trazer benefícios diretos relativos à arborização, à implantação, a destinação da área, daquela grande área, para sistema de lazer. Tudo isso vai trazer um benefício ambiental muito grande para população, para futura população residente e a população que vive hoje no entorno.

Em relação à dinamização da ocupação, a gente entende que o adensamento populacional daquela região, ele está sendo devidamente planejado, atendendo todos os quesitos previstos no Plano Diretor.

Bom, aqui estão algumas das medidas mitigadoras compensatórias. Então medidas: conscientização de funcionários e planejamento para mitigação do material particulado. Acondicionamento e destinação adequada dos resíduos. Demarcação e cercamento das áreas verdes, incluindo APP. Projeto de vegetação das áreas verdes. Projeto de arborização dos passeios públicos, plantio de gramas nos taludes. Interligação da rede de esgoto, implantação do projeto de drenagem, manutenção de maquinários e o monitoramento ambiental da obra, que é o PCA e RCA, que que é de extrema importância para que não ocorram impactos ambientais durante a implantação do loteamento. Bom, então o estudo, ele concluiu que o empreendimento é viável, ele atende toda a legislação aplicável. Já foi analisado e o projeto adequado várias vezes, sempre que solicitado pelos órgãos públicos às secretarias municipais. E é isso. Muito obrigado.

SR. JUNIOR: Obrigado, Felipe. Abrir a palavra agora para os conselheiros. Alguém quer fazer alguma pergunta? Tem alguma consideração a ser feita? Renan.

SR. RENAN: Boa noite. Renan, APASC. Primeiramente, obrigado pela apresentação. Acho que deu para ter uma noção bem completa do que está sendo proposto. Na verdade, eu tenho dois comentários que não vai ter ligação direta com o empreendimento, mas vai estar mais geral das bacias, que a gente está focando agora. A primeira coisa é que esse é o primeiro contato que eu estou tendo com 99% das informações. Os documentos que foram enviados para gente não falavam nem a localização do empreendimento, então não dava nem para saber onde que ia ser discutido aqui. E essa insegurança, esse não preparo da gente como conselheiro, acaba refletindo em, sei lá, ficar numa posição mais preocupada ou defensiva e tal, que não agrega para o nosso debate aqui, que poderia ser muito mais avançado, tendo o que estudar e o que se preparar para estar aqui. Então essa é a primeira observação. A segunda observação é que, desde que a gente aprovou aqui nesse Conselho a não necessidade de um plano específico de ocupação para essa bacia, tanto do Água Quente quanto do Água Fria, apareceram muitos empreendimentos para essa região. Se não me engano, foram quatro ou cinco próximos ali. Então não sei nem os números, mas a gente está falando de milhares de novos casos e portes ali que surgiram. E isso levanta uma preocupação grande no sentido de como que vai estar a infraestrutura dessa região, que já é muito fragilizada historicamente pelo seu processo de ocupação. A gente vê algumas problemáticas ambientais bem aprofundadas, problemáticas sociais e tal. Então eu só quero trazer essa observação e debate no sentido da importância da gente olhar para essas bacias com mais carinho, no sentido da gente pensar nessas fragilidades socioambientais. Eu peguei algumas informações do empreendimento, estou entendendo melhor, mas como foi o primeiro contato, eu não consigo ter uma visão aprofundada dele. Não consegui ver nada que poderia ser problemático. Mas é só um comentário geral de tudo, a somatória de todos esses empreendimentos, a somatória. Eu não sei se a gente teve os números aqui para fazer essa análise, considerando que tem mais dois empreendimentos para cá, tem mais uns dois para o Sudoeste, outros dois, não sei mais ou menos...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Tem o Zanotta e mais dois.

SR. FELIPE: São dois. Estão sendo aprovados juntos.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Uma parte de Água Quente, uma parte de água fria.

SR. FELIPE: Sim. Essas áreas aí, elas estão fora do PAC da região abrangida pelo PAC do Água Quente, tá? O Jardim Varela, aqui já está o finalzinho do Córrego da Água Quente, confluência já com o Monjolinho. De acordo com o estudo de fragilidade ambiental que a gente desenvolveu, ela é uma área de baixa, muito baixa fragilidade, até pelo terreno ser relativamente plano. Então está localizado fora da ECRA, bem distante, vai ser implantado numa área bem distante da APP, da faixa verde complementar. Então, tudo isso foi aprovado antes, quando foi questionada pela Secretaria do Meio Ambiente questões relativas ao PAC e a deliberação relativa à continuidade ou não da análise do processo. Então, essas são questões que eu acho que já constam também no processo e foram já discutidas já outras vezes, em outras situações, aqui e lá na Prefeitura, certo?

SR. RENAN: Não. Só para concluir, então. Talvez aproveitar esse processo de revisão do Plano Diretor, que já esperava pelo anterior, ter um olhar mais cuidadoso com essa região. Que a gente consiga ter esse cuidado, tanto ambiental quanto social, para que a gente não acumule mais impactos e mais problemas no futuro. Só isso. Obrigado.

SR. JUNIOR: Só esclarecendo, Renan. O trâmite é mesmo de quando foi criado o COMDEMA. São sete dias de antecedência. A gente publica a pauta. Algumas a gente consegue publicar até antes. O processo, ele fica sempre disponível na secretaria, todos tem acesso, vários já foram em outras oportunidades consultar o processo, saber, se inteirar. Então assim, a gente manda normalmente o último documento, que é a manifestação final da secretaria, onde a prova, onde não há óbice. Esses processos são processos, salvo engano esse é de 2017, está na secretaria desde esse tempo. Então assim, foi bastante discutido. E o último comunicado, o último atendimento, o último parecer, que é o que a gente normalmente disponibiliza. Mas todos os processos que vêm para cá, eles ficam disponíveis na secretaria para consulta a qualquer momento de qualquer conselheiro.

E a questão dos empreendimentos, quando a gente falou sobre a necessidade do plano de ocupação ou não, ficou acordado que os quatro processos existentes anteriormente a 2019 poderiam seguir. Dali para

frente, nós teríamos que ter um trabalho maior e um detalhamento do plano de ocupação. Então esse é o quarto, é o último. Então são os quatro que foram decididos, inclusive aqui no próprio Conselho. Então são os quatro anteriores a 2019. Ok? Mais alguém? Paulo Mancini? Rita?

SRA. RITA: É rapidinho. É, realmente assim... Meu nome é Rita Ferreira, sou da Associação de Moradores. Eu vou um pouco na linha do que o Renan colocou, mas complementando algumas questões. Porque assim eu entendo que a gente está no Conselho do Meio Ambiente, mas para mim, meio ambiente não é só o rio, não é só... É a expansão urbana, tem impacto no meio ambiente, tanto no curto quanto no longo prazo, etc. Eu também senti falta dessa apresentação que não sinto das outras. Eu entendo que está disponível, etc. Mas também precisa ter o entendimento que todos nós estamos aqui voluntariamente, é um volume bastante grande de documentos para a gente ler. Foram três empreendimentos, quatro. Nós temos que discutir uma série de outras coisas, facilitar, que a gente possa discutir no novo regimento, facilitar o envio de todos os documentos, ainda mais em tempos digitais. Esse daí foi? Não, essa apresentação, por exemplo, ela seria muito útil, entendeu? Porque ela sintetiza as informações de uma maneira assim, que agiliza o trabalho da gente. Em tempos de tecnologias digitais, uma cidade da tecnologia, isso iria ser de bom grado.

SR. FELIPE: Obrigado por elogiar a apresentação.

SRA. RITA: As suas apresentações são excelentes. São excelentes. São graficamente maravilhosas. Marketing muito bem feito. Agora, por exemplo, eu senti falta... Eu não sei se passou e eu estava vendo aqui procurando informações enquanto ouvia, por exemplo, distância. Você falou tem escolas, tem uma série de infraestrutura, etc. Qual a distância da escola? Quem mora lá vai ter que usar carro? É só carro?

SR. FELIPE: Elas são muito próximas.

SRA. RITA: Próximas quanto?

SR. FELIPE: Acho que não dá uma quadra da escola, tem escola a uma quadra, duas quadras. É uma quantidade grande. São só acho que 12 escolas ali.

SRA. RITA: Eu só acho que nesse estudo apresentar isso, como já se apresentou em outras ocasiões, é importante.

SR. FELIPE: Colocar um mapinha.

SRA. RITA: Com todas as distâncias, para gente avaliar, porque a gente já teve aqui ocasião de chegar, está a 600 metros, mas passava pela rodovia. Criança vai passar pela rodovia? Por uma série... Então...

SR. FELIPE: Vai ser bem difícil de mostrar; Mas aqui a gente tem escola, aqui tem várias escolas. Esses pontinhos aqui azuis são escolas.

SRA. RITA: Se minha capacidade de leitura gráfica está aí, está a um bom quilômetro assim, para andar.

SR. FELIPE: Não dá um quilômetro. Esse raio aqui...

SRA. RITA: Não? Qual o tamanho do empreendimento ali, o comprimento?

SR. FELIPE: O raio são dois quilômetros. Esse raio aqui do centroide e até aqui, um quilômetro seria aqui. Aqui seria 500 metros.

SRA. RITA: Mas tudo bem, você já me esclareceu. Você entendeu que talvez se tivesse vindo...

SR. FELIPE: É que o pessoal sempre pede para reduzir a quantidade de informação. Tentei dar uma compensada para não ficar tão cansativo.

SRA. RITA: Agora só um comentário assim, tem um outro... Tem realmente mais dois loteamentos que passaram aqui. Esse daí é até pequeno porque passaram maiores. Só que está mais para fora, está mais distante do que os outros.

SR. FELIPE: Aqui está o Jardim Zanotta, esse pedacinho aqui.

SRA. RITA: Então a gente está expandindo a cidade e é assim, pelo que eu me lembro de um dos loteamentos, dava assim, mil lotes, ou seja, 3 mil pessoas, mais o seu que dá mais mil, mais outro que dá mais 3 mil, dá 5 mil pessoas, 5 mil, a cidade de São Carlos tem 200 mil habitantes. Olha, é de se questionar se nós temos tanta demanda ou se nós vamos continuar nesse processo de tirar as pessoas de áreas centrais, por exemplo, o centro, que foi o que a gente discutiu ontem, em questão de habitação, o centro está sendo despovoado, está sendo esvaziado e levando-se infraestrutura para cada vez mais longe. Não que o seu relatório esteja errado, porque já estava previsto, porque já está dentro da legislação, está dentro dos regimentos, etc. Só que, do ponto de vista urbanístico, nós estamos traçando uma cidade que é de alto impacto ambiental desnecessariamente. Entendeu? 5 mil habitantes ou como

tem outros que vem aqui, 10 mil habitantes, já são 5% da população. Essa população não está crescendo nessa taxa. É gente que vai sair da área central e vai mudar para os dos condomínios, entendeu?

SR. FELIPE: Aqui não é um condomínio, aqui é uma área de interesse social.

SRA. RITA: Eu sei. Mas essa lógica, ela é degradante para o meio ambiente, porque exige que você desmate, que você faça compensações, etc. Agora, o que está em jogo aqui não é isso. É que vocês fazem o empreendimento, vai lá no banco, financia, consegue, porque é empreendimento social, o financiamento e isso capitaliza. Isso chama-se uma engenharia financeira, especulação imobiliária. Isso não é uma coisa que é para o benefício da cidade. Isso é para girar capital. Isso não é porque: "Ai tem uma demanda". Então assim, eu sei que essa questão não é meio ambiente, mas é.

SR. FELIPE: Não é isso que eu ia falar, isso é uma questão que tem que ser conversada com a revisão do Plano Diretor. Porque se a lei está permitindo que ali seja uma área de expansão urbana, isso foi planejado lá atrás. Era uma questão que a gente teria que abordar aqui, porque o empreendimento, ele está atendendo a legislação vigente, isso é uma questão que você tem que discutir, eu vou participar também, nas audiências públicas da atualização do Plano Diretor.

SRA. RITA: Não, tudo bem. É só porque eu acho que a gente tem... Desculpa a exaltação, mas é porque acaba falando aqui e eu tinha que aumentar um pouco a voz para poder falar, mas a questão é o seguinte. A gente tem que discutir nesses espaços, sim. É contínuo essa discussão. Não dá, inclusive, para gente só ficar cada dez anos discutindo as coisas. Uma das coisas que a gente criticou é que a gente precisava ter tido uma avaliação do que aconteceu para exatamente até mudar direções, entendeu? E melhorar a cidade. Agora, está feito. Você tá dentro da legislação, eu entendo.

SR. FELIPE: Sim.

SRA. RITA: Eu compreendo.

SR. FELIPE: A gente fez até a lei. Fizemos estudo geológico, geotécnico, hidrogeológico, plano preocupação, avaliação da fragilidade ambiental da área, coisa que se todo mundo fizesse e esses resultados fossem usados para o planejamento do mapa de zoneamento seria muito bacana. Se tivesse um sistema que juntasse todos os estudos geológicos, geotécnicos feitos para a cidade, relatório de sondagem SPT, a gente teria uma carta geotécnica do município. E não tem.

SRA. RITA: Precisa disso para o Plano Diretor. Mas o Plano Diretor terá um volume bastante grande de dinheiro. Quanto que é? R\$ 15 milhões de orçamento total, dá para bastante coisa, mas a gente precisa fazer. Então, assim, a questão é o seguinte. Eu entendo que os empreendedores estão dentro da legalidade. Só que, infelizmente, eu não posso concordar com essa legalidade, ela seja socialmente, ambientalmente positiva. Se fosse, nós não estaríamos com problema que nós temos hoje.

SR. FELIPE: Por isso que a gente está discutindo a lei.

SR. PAULO: Boa noite, Felipe. Parabéns pela apresentação também. [...] a questão que o Renan e a Rita trouxeram, ela é muito relevante, já foi discutido aqui e eu agradeço por lembrar, porque eu já não lembrava, que eram esses quatro que a gente tinha deliberado, que poderiam passar sem um plano de uso e usurpação da Bacia do Água Quente. Não sei se incluía Água Fria também, previsto no Plano Diretor. E quando a gente vê esse conjunto de empreendimentos passando e sendo aprovados que a gente percebe como foi apurada essa proposição do Plano Diretor, a gente ter um plano geral de ocupação do solo. Porque a gente sabe que a gente está diante da Micro Bacia de São Carlos mais degradada e que foi degradada por uma ocupação irregular feita na década de 80, sem qualquer planejamento ambiental.

Os outros [...] que vieram, eles não foram tão ruins, tão gravesos como foi a primeira ocupação da Cidade Aracy, do Aracy II e do Antenor, que aquilo foi clandestino, e a gente viu todos os problemas que trouxeram e isso está afetando o Monjolinho e está afetando o Jacaré-guaçu e Ribeirão Bonito, que tinha uma associação de pescadores, não tem mais associação de pescadores porque imagina a quantidade de areia de coisas que desce por ali eternamente. E, sinceramente, mesmo com todo planejamento que a gente tem, a gente sabe como é que são as coisas na prática. Então eu espero que, na revisão do Plano Diretor, a gente mantenha essa necessidade de fazer um plano de uso e ocupação do solo, que a gente veja o tanto que já está implantado e veja o que a gente pode fazer para remediar, o que dá para remediar e impedir o agravamento do que pode ser agravado. Agora, uma sugestão que eu queria dar para Secretaria de Meio Ambiente, que eu acho muito importante é que principalmente em empreendimento dessa natureza sejam feitas visitas técnicas. Eu não sei se técnicos da secretaria visitaram ou não o local,

mas que nessas ocasiões se convide os conselheiros que quiserem participar. O campo, a visita a campo é imprescindível porque não é qualquer desconfiança de quem está fazendo os laudos, os projetos na área ambiental, os profissionais que estão fazendo. É porque a realidade ambiental é complexa e, às vezes, alguém vê alguma coisa e não vê outra. Então essa sugestão de que [...].

SR. FELIPE: Paulinho...

SR. PAULO: Só mais uma pergunta, Felipe. Qual que é o uso atual dessa área?

SRA. ANA: Nenhum.

SR. FELIPE: Hoje é uma área rural. Área rural sem uso.

SRA. ANA: Tinha granja lá, mas [...].

SR. FELIPE: Em relação à visita...

(pronunciamento fora do microfone)

SR. FELIPE: A visita dos órgãos públicos. Foram realizadas diversas visitas pela Secretaria do Meio Ambiente. Foram emitidas notificações solicitando alguns esclarecimentos. A gente esclareceu. Atendeu todas as solicitações. E agora a gente já está quase na etapa final, daqui a gente...

SR. PAULO: Felipe, é lotes, né?

SR. FELIPE: É lote, 338.

SR. PAULO: Uma outra sugestão que eu quero dar é de que preveja no projeto um programa de educação ambiental, pré, durante e pós ocupação. Eu acho que seria muito importante porque a gente sabe da fragilidade.

SR. FELIPE: É muito importante mesmo, Paulinho, muito bem colocado. Muito bem colocado. Ainda mais naquela região, a população mais carente, é muito importante mesmo.

SR. JUNIOR: Gente, só aproveitar. Vou passar já a palavra. Mas hoje a gente vai ter a eleição de um membro do COMDEMA na Comissão de revisão do Plano Diretor. Então é a oportunidade que a gente tem de levar as questões ambientais, vai ter um eixo de meio ambiente, mas é o momento que a gente tem. Então, vamos aproveitar depois a eleição para que a gente se candidate e que a gente leve essas questões para o Plano Diretor novo, tá? Passar a palavra, pode falar.

SRA. JÚLIA: Boa noite. Júlia, Associação Veracidade. Eu queria fazer dois comentários. Primeiro, acho que um pouco na linha do que o Renan falou. Eu entendo assim, que os processos são longuíssimos, com volumes imensos muitas vezes, e chega essa parte da manifestação final. Mas eu acho que a planta, pelo menos as plantas, é importante a gente poder analisar com mais propriedade a apresentação também, sempre que possível. Mas é isso. É a manifestação da técnica desde que a gente se cuida mais. E esses documentos também dão mais qualidade para nossa participação. A gente não fica refém de discurso. Porque é isso, tem uma narrativa que a gente não teve acesso. Lógico, tem o parecer de uma técnica. Ela dá mais segurança, mas esses documentos também não criam desconfiança. Então acho que, pelo menos, a planta seria bastante importante esse documento e, quando possível, apresentação do empreendedor com esses resumos. O segundo ponto que eu queria falar também, muito pensando nessa questão do Plano Diretor, é que eu nunca vi, não é só nesse empreendimento, mas em nenhum outro, algum empreendimento que desse alguma informação sobre o déficit da região em relação a escolas e hospitais. Porque a gente dá a quantidade. A gente tem tantas escolas e a gente tem tantos hospitais. Mas qual que é o déficit nessa região? Porque existe esse dado regionalizado na Secretaria de Educação, existe esse dado regionalizado na Secretaria de Saúde e eu não vejo. Então quando, principalmente empreendimentos com bastante volume assim, há tantas escolas. O que isso significa? Qual que é o déficit dessa região? Eu acho que esse dado é importantíssimo. Eu nunca vi. E esse dado, ele teria que ser dado por quanto menos intermediários possíveis, pelo representante direto da Secretaria de Educação, pelo representante direto da Saúde, enfim, porque é por região, tanto a saúde quanto a educação. Então esse dado seria muito importante que ele viesse sem mediações, por quem está na ponta, porque a gente sabe que tem, é uma disputa, existem questões políticas, existe interesse imobiliário, existe a questão de gestão, enfim, ele seria o mais direto possível. Acho que seria muito importante nos empreendimentos a gente ter dados de déficit que ajuda bastante, enfim. Principalmente quando vem de empreendimentos... Eu falo isso muito porque eu moro em um bairro que veio primeiro bairro, depois a escola e não foi feito. Então, quando você constrói, qual que é a

projeção? Qual que é a projeção de vagas numa escola disso aí? Qual é a projeção disso? Então, acho que qualificaria bastante também, pensando até nesses momentos de revisão do Plano Diretor.

SR. FELIPE: Sim, sim, você tem toda a razão. Até no estudo, a gente menciona que a importância de ser encaminhado e consultadas as secretarias municipais responsáveis para avaliar o déficit e a necessidade de implantação de novas escolas, sistemas de saúde. Eu acho que é muito importante essa colocação. Mas aí entra no núcleo internamente da própria Prefeitura, na prática, fazendo a aprovação dos projetos habitacionais. É um trâmite interno, a recomendação a gente faz.

SR. JUNIOR: Obrigado, Júlia. Mais alguém? Não? A gente vai colocar essas observações aí nas próximas pautas, dentro da possibilidade da gente colocar mais informações. Tem algumas informações, principalmente das apresentações, às vezes não chegam para gente antecipadas. Elas são bem nesse momento que a gente tinha que estar aqui, então não tem como enviar. Mas, na medida do possível, a gente recebendo documento, a gente encaminha para vocês, ok? E reforço. Todos os processos estão disponíveis na Secretaria das 08h às 17h, de segunda a sexta, para qualquer pessoa, qualquer conselheira. Então a gente fica com toda a documentação à disposição. Além do que, só vem para cá quando tem um parecer técnico, avaliando isso, a gente tem feito dessa forma. Somente vem para cá quando já tem um parecer técnico favorável ou com algum questionamento que o técnico pede para passar pelo COMDEMA, que é para dar segurança de que tudo foi analisado, tudo foi avaliado e termos essa segurança na hora de apreciar e na hora de votar, ok? Então, se não temos mais considerações, acho que vamos colocar para votação. Dos presentes, alguém é contrário à aprovação do loteamento do Loteamento Jardim Varella? Empreendimento Jardim Varella? Não? Então está aprovado por unanimidade. Isso, chama Empreendimento Jardim Varella, processo 16.810/2017.

SR. PAULO: Lembrando daquela sugestão.

SR. JUNIOR: Isso. Vamos colocar também a sugestão do Paulo de um programa de educação ambiental para auxiliar tanto na fase de ocupação como na pós ocupação. É isso, Paulo?

SR. PAULO: É isso.

SR. JUNIOR: Maravilha. Próximo tema é a indicação... Podemos inverter a pauta ou não? Porque a gente tem o pessoal da Liane, está aqui para falar sobre um parecer jurídico que foi dado sobre o Programa Municipal de Educação Ambiental. Aí depois a gente fica para fazer a votação? Alguém se opõe? Professora, pode ser? Sim, pode ser? Então... Pode passar. Pode passar. O Anderson está com a apresentação da professora Liane? Sim? Então nós vamos só inverter. Porque aí depois fica para gente discutir a questão de representatividade do Plano Diretor. Então, com a palavra, professora.

SRA. LIANE: Boa noite, pessoal. Liane aqui, sou bióloga da UFSCar. Nesse momento, represento a Veredas no Conselho Gestor de Educação Ambiental e já representei a UFSCar também. Nesse momento estou representando a Veredas. Aí estou como coordenador adjunto. Estou aqui com o professor Evaldo, que é o coordenador atual que assumiu, agora está começando uma nova gestão. E a ideia hoje, então, é a gente falar sobre o que foi solicitado a avaliação para a aprovação do Programa municipal de Educação Ambiental como um decreto municipal. Então, antes disso eu trouxe só alguns *slides* para contextualizar. Eu não sei se vocês conhecem o programa, mas eu acho que mais nessa intenção de saber como que a gente chegou nesse momento, assim, dessa necessidade atual da aprovação. Então, falar um pouquinho aqui do histórico da elaboração desse programa, que é o Programa Municipal de Educação Ambiental. Um pouquinho sobre a construção da política para Educação Ambiental de São Carlos, que inclui o PROMEA. Conselho Gestor de Educação Ambiental que nasce dentro dessa construção da política para educação ambiental. O processo recente de revisão do programa. E agora essa nossa solicitação de inserção do programa no arcabouço legal de São Carlos. Então, a gente tem aí que o PROMEA, ele nasce lá no início dos anos 2000 nos encontros de educação ambiental aqui municipais, sempre muito de maneira construtiva, colaborativa, participativa com a população, através desses encontros que envolviam a os professores da rede municipal, os atores de educação ambiental aqui no município. Então ele começou a ser discutido lá nos anos 2000. Eu tenho aqui pessoas que participaram desse processo. O Paulo está aqui, então podem também comentar depois. E em 2004 então tem, a gente fala a semente do programa, quando ele começou a ser debatido nesse Encontro de Educação Ambiental para construção do Programa Municipal. 2005, tem a primeira versão dele, aí em 2007 é amadurecida então, essa primeira versão, aí chega a segunda versão do Programa Municipal de Educação Ambiental.

Em 2008, a gente tem a aprovação da Lei da Política Municipal de Educação Ambiental, que foi construída nesse mesmo período e a aprovação dessa segunda versão consolidada do programa, do PROMEA, com a resolução do COMDEMA lá em 2008. Participaram então, a gente listou ali algumas instituições e coletivos que participaram dessa construção. A Prefeitura Municipal, o GPE, que é o Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Ambiental da UFSCar, o CDCC, o Coletivo Educador São Carlos e Região. Então tivemos vários coletivos, várias instituições contribuindo nessa construção. Aí só um desenhinho da Política Municipal de Educação Ambiental. Então, contando mais um pouco dessa história aí, entre 2008 e 2013, houve uma articulação grande para que esse programa fosse enraizado no município, que pudesse então entrar mesmo para ser desenvolvido no município. E tivemos várias ações que promoveram esse enraizamento. Uma dessas ações foi o PROMEA na Rede, que era um programa que visava mesmo trabalhar nas escolas municipais, ações para que pudesse desenvolver esse programa dentro das escolas, coordenadores ambientais. E isso foi acontecendo assim até 2013, quando houve, a gente teve uma mudança na orientação política, pedagógica, na política pedagógica do município e houve uma descontinuidade do programa, de toda essa construção dessa política houve uma pausa. Até 2018, quando que por questionamento da sociedade civil, particularmente o Fórum Comunitário de Resíduos, esteve à frente desses questionamentos. Houve então uma ação junto ao Ministério Público questionando por que estava parado essa política, a implementação política, porque o PROMEA não estava mais sendo continuado. E, com o apoio do Ministério Público então, se consolidou um grupo de pessoas atuantes em educação ambiental e se se redigiu a minuta do decreto para instituir a regulamentação do programa, que não estava regulamentado, não funcionava de forma regulamentada. E, com a regulamentação Da Política Municipal de Educação Ambiental, foi instituído o Conselho Gestor de Educação Ambiental de São Carlos. Isso lá em 2018. Em 2019 foi publicado então o decreto para a a constituição do CGEA, do Conselho Gestor de Educação Ambiental. E foi então, em seguida constituída a primeira gestão do CGEA e tivemos aí como uma das atribuições do Conselho fazer essa revisão do PROMEA, do Programa Municipal de Educação Ambiental. E a primeira gestão se debruçou bastante sobre isso. A gente fez, criou uma metodologia, fez toda essa revisão do PROMEA e tivemos então essa revisão publicada no Diário Oficial, passou pelo CODEMA lá em 2021, foi publicada como resolução nesse mesmo ano. No ano seguinte, então, retomamos a organização dos EAS, Encontros Municipais de Educação Ambiental, que estavam suspensos desde 2012, em 2022 se retomou e o primeiro tema que foi tratado nessa retomada dos encontros foi justamente discutir o Programa Municipal de Educação Ambiental. E lá então, nessa apresentação, nessa discussão, surgiram algumas novas contribuições e a gente percebeu então, que seria interessante fazer uma chamada pública para receber ainda mais algumas contribuições possíveis, porque essa revisão tinha sido feita só pelo Conselho, no período da pandemia, em reunião mais fechada. Então a gente recebeu mais algumas outras contribuições e essa então teve, não foram muitas mesmo, mas foram algumas questões na redação, incluímos um novo princípio, algumas referências que a gente achou que seria interessante colocar, umas referências bibliográficas a mais. E aí essa segunda revisão, ela ficou aguardando publicação. Essa aqui é a imagem da primeira publicação, ficou aguardando a publicação da segunda revisão. E aí, nesse processo de fazer a publicação, se discutiu então a possibilidade de se fazer a publicação no formato de lei, não mais como resolução. E aqui eu trouxe só algumas das mudanças que houveram lá da versão anterior a 2021, a última é de 2008, a gente revisou em 2021. Foram mudanças basicamente, excluímos algumas ações que já tinham sido realizadas, atualizamos alguns termos que não estavam mais em uso, substituindo, por exemplo, Agenda 21 por Agenda 2030, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Alguns termos foram atualizados e agrupamos algumas ações prioritárias em blocos temáticos. Foi isso na versão publicada e na outra, como eu falei, poucas alterações. Talvez você possa usar a de antes; E aí então a gente chega nesse momento aqui, que a gente traz então essa demanda aqui para o COMDEMA, de fazer a análise do que foi solicitado pela Procuradoria Jurídica. Foi enviada, então, a minuta do Projeto de Lei, a gente resolveu então encaminhar dessa forma, pedir para ser publicado como Projeto de Lei. Foi encaminhado para Procuradoria Jurídica do município e a gente entende que como, como lei então, fica sendo o que vai compor a base da política municipal para educação ambiental, então fortalecendo essa política do município. E tivemos aí um parecer favorável da Secretaria Municipal de Educação, através da Supervisão de Ensino, atestando a viabilidade técnica dessa aprovação. E a Procuradoria Jurídica então, ela entendeu

que deveria então ser feita essa regulamentação no formato de decreto, ao invés do formato de lei. Vocês receberam a minuta. O programa é o mesmo que a gente já publicou lá no site, está publicado no site da Prefeitura, no Portal dos Conselhos. Só a redação que foi modificada para o formato de lei mesmo. E a ideia é essa então, que ele seja agora publicado, não mais como uma resolução, mas no formato de decreto para fortalecer essa política municipal de educação ambiental e ser base mesmo para outras questões, para a gente tentar retomar esses programas de enraizamento da educação ambiental nas escolas também para poder ser base para propostas como o Paulo trouxe aí, para os projetos, para os empreendimentos, que possam ser base para a gente ir constituindo essa base forte aqui para mais forte, mais fortalecida, para a educação ambiental aqui no município de São Carlos. A ideia é essa mesmo. Que vocês apreciem essa solicitação. E é isso aí. Os materiais do Conselho estão disponíveis lá no site, no Portal dos Conselhos, na Prefeitura, inclusive o programa na forma original. Lá tem todo o histórico que eu passei aqui rápido, mas lá tem todo o histórico da educação ambiental, dessa construção toda aqui em São Carlos e também pode ser consultado lá. É isso. Se tiver mais alguma dúvida sobre essa questão.

SR. PAULO: Em primeiro, quero agradecer muito à Liane pela sua dedicação, em seu nome agradecer a todos os conselheiros do Conselho Municipal de Gestão Ambiental e também o Dr. Flávio Okamoto, que foi fundamental. E quando ele viu na lei que estabeleceu a Política Municipal de Educação Ambiental tinha um conselho gestor e ele não havia sido efetivamente criado, ele chamou o procurador jurídico da Prefeitura e juntos ali, a gente redigiu um Projeto de Lei que foi, inclusive, o que o Executivo depois mandou. E aí está dando esses frutos desse trabalho e só assim para dar um breve detalhes históricos. Na década de 90, foi criado em São Carlos a REA, que é a Rede Municipal de Educação Ambiental, que passou a realizar anualmente os encontros, que agora não lembro, mas foi na década de 90 que começou. Depois deu continuidade com a Prefeitura Municipal, foi feito então o PROMEA, que foi aprovado primeiramente em 2007, 2008 por resolução do COMDEMA e é por isso que a Procuradoria Jurídica sugeriu que voltasse aqui para passar pelo COMDEMA, sendo que eu acho assim, tenha uma necessidade técnica, porque o Conselho Gestor de Educação Ambiental está muito bem representado e tem competência para fazer as modificações no programa melhor do que nós aqui. Eu queria só dar um detalhe assim, que a Liane comentou, do PROMEA na Rede, o Programa Municipal de Educação Ambiental mais capilarizado na rede. E o que foi feito? Que eu espero que a gente volte a fazer algo semelhante ou melhor. Foi criado a figura do educador ambiental local. Então era um professor que, metade do período dele, ele se dedicava a conhecer o ambiente local aonde a escola estava inserida, a comunidade local e aí quando eu falo comunidade, estou falando não só seres humanos, mas os seres bióticos e abióticos da Terra. Então ele estava num período, ele ficava com os estudantes para não perder o contato com a sala de aula. E a outra metade, ele fazia esse reconhecimento do ambiente e a relação da comunidade com o meio ambiente. Isso foi feito por micro bacias hidrográficas. E a falha foi não ter construído uma política municipal de estado. E sim foi uma política de governo, não deu tempo de fazer um projeto de lei. É aí que eu questiono assim, o decreto realmente é melhor que a resolução? Mas o decreto não impede que mudança de governo, o decreto seja rapidamente cancelado e feito um outro decreto. A lei já é mais... Pode ser modificada, obviamente, mas é mais difícil. Mas eu acredito que a administração do Netto Donato vá adotar, eu gostaria que a Liane me respondesse isso. Se nessa versão agora atualizada do PROMEA está previsto algo semelhante ao que foi o PROMEA na Rede instituído lá nos anos 2010 por aí. Então, acho que é isso. Parabéns.

SRA. LIANE: Obrigada, Paulo. Primeiro agradeço aí todas essas colaborações. Eu super passei rápido. Tudo tinha uma história muito longa para contar, essa apresentação não pode ser muito longa, eu cortei várias etapas dessa construção e muito importante tudo isso que você pontuou. Esqueci de mencionar a REA, a organização dos encontros que começou tudo isso. E sobre essa questão de um programa similar ao PROMEA na Rede, hoje de manhã a gente teve discutido lá na Secretaria de Educação essa nossa intenção, que a gente tendo agora o decreto, a lei, agora nesse formato de decreto, ele possa também nos ajudar a organizar todo esse processo de retomada desse programa que foi tão importante como esse PROMEA na Rede. E a ideia que foi apresentada é bastante similar ao que acontecia também, micro bacia, dividido em micro bacia, a figura do educador ambiental na rua, nas escolas locais. E hoje o que a gente conversou foi que vai abrir o processo para estudar a viabilidade disso. A gente tem um parecer favorável do Conselho Municipal de Educação em relação a isso e é uma questão mesmo de estruturar e

organizar a disponibilidade de recursos para esse tipo. Fala-se em aditamento de horas para os professores. Não sei se quer complementar. Outra questão que o Conselho Gestor está agora trabalhando é para fazer a contratação de um termo de referência para a construção de um programa municipal de educação ambiental, especificamente para resíduos sólidos, que a gente começou a construir lá atrás, quando eu estava na diretoria da Secretaria de Meio Ambiente, no setor de resíduos. Então também é outra ação que está em andamento. E tendo todo esse arcabouço legal, ele nos fortalece para a gente conseguir realmente ter a base e não se perder. Eu também tenho esse medo de que um decreto é mais frágil do que uma lei, mas eles colocaram várias questões nesse documento que nós recebemos, mostrando o porquê que seria mais interessante na forma de decreto. Então, não sei.

SR. JUNIOR: Posso fazer um esclarecimento? Inclusive, quando cheguei na secretaria, acho que foi a Hellen ou a Vanessa, pediram para que eu auxiliasse na formulação, deixar no formato de uma lei e juntamos, pegamos, fizemos o Projeto de Lei, mandamos para a PGM. Como já existe uma política municipal de educação ambiental instituída por lei, a PGM entende que não poderíamos ter duas leis tratando de políticas municipais ambientais. Por isso que foi a sugestão de ser um decreto. Hoje já existe a lei, que é a Política Municipal de Educação Ambiental, e o decreto agora vem para regulamentar e aí trouxe o programa, que é o PROMEA. Então, a questão de não ser uma nova lei, porque teria que revogar a política municipal. Então a PGM entendeu para que a gente fizesse um decreto, por meio de um decreto para complementar a política municipal. Acho que só esclarecer esse ponto, porque que é um decreto e não uma lei.

SRA. LIANE: Acho que a outra questão também é porque ele precisa ser revisado de tempos em tempos.

SR. JUNIOR: É, o decreto ele tem uma celeridade em você revisar porque ele não precisa passar pela câmara, ele é uma ação do chefe do Executivo, então fica mais fácil também uma atualização. Só esclarecer isso, complementar. Passar a palavra para o Renan.

SR. RENAN: Renan, da APASC. Primeiro, agradecer a apresentação. Agradecer a presença da Liane e do professor Evaldo, também participa do Conselho. Eu queria perguntar no sentido de que um termo que está sendo um avanço, o que é essa proposta que está se concretizando, eu queria entender um pouco das principais dificuldades de que a gente vê para avançar os programas de educação ambiental na cidade. E se esse programa prevê ou se já existe algum fundo específico para educação ambiental, se tem algo estrutural nesse sentido, se tem alguma previsão, se faz sentido que tenha isso, saber sobre essa questão. Mais entender o que são os maiores entraves e como que a gente pode talvez trabalhar no COMDEMA também para ajudar a superar. Obrigado.

SR. LIANE: Um dos pontos que foi colocado nessa revisão do projeto foi feita em 2021 foi essa possibilidade de, através do Conselho Gestor, o Conselho Gestor de Educação Ambiental do programa, acessar fundos como o Fundo Verde e talvez na forma de editais, onde poderia estar promovendo a educação ambiental também nesse formato, como projetos, convênios de pessoas que nesse sentido assim. Também ali na no decreto de regulamentação do Conselho fala que é para ter algum recurso para educação ambiental vindo das secretarias e a gente sabe que é difícil e tudo mais, mas é para ter recurso dessa maneira também. Então tem uma previsão sim, tem uma previsão muito pela Prefeitura e também se colocou essa questão de fundo, de poder acessar fundos municipais para promover educação ambiental.

(pronunciamento fora do microfone)

SRA. LIANE: Eu acho que a gente está bem nesse processo, Renan. Porque assim, de começar a estruturar mais, como vou falar assim, mais palpável as coisas, porque a gente veio construindo toda essa... Teve a revisão do programa, aí agora estamos nesse processo de tentar colocar de volta o PROMEA na Rede. Então eu entendo que estamos caminhando assim, é a terceira, agora a gente está indo para a quarta gestão do conselho, então é novo, mais ou menos. A gente teve um primeiro momento de muita organização assim mesmo, na estrutura. Eu acho que agora a gente consegue avançar mais assim, tem que pensar.

SR. JUNIOR: Renan, só para esclarecer, nós criamos na Secretaria uma ficha específica para educação ambiental. Colocamos um valor insignificante próximo ao que necessita, porém, todo o recurso que é da Secretaria, ele pode ser, a depender da demanda, remanejado para essas ações. Então, se a gente criou dentro do Departamento de Gestão do Clima e Educação Ambiental, basicamente essa ficha específica

para educação ambiental me dá algum recurso. E todo o recurso da Secretaria, na medida do possível, pode ser destinado, desde que tenha uma demanda e desde que a gente tenha a possibilidade financeira. Mas existe todo esse movimento para gente poder investir em educação ambiental, que eu acho que é o futuro e a gente necessita disso. E uma última informação só para complementar. Professora, também nós estamos trabalhando na viabilização da construção do Centro de Educação Ambiental lá do São Carlos 8. Está bem avançada as conversas, não é, professora? E aí, provavelmente se tudo for concretizado agora, até o final do ano, o ano que vem, a gente já inicia as obras para construção do Centro de Educação Ambiental. Então é um local muito importante para que a gente fomente ainda mais a educação ambiental do município.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só falar um pouquinho. O Renan [...], eu sou da Escola de Engenharia. Eu também estou pegando o bonde andando, assumi agora recentemente. Para quem veio de fora e entra, o que eu percebi foi que a gestão do conhecimento e todas as informações estão muito dispersas. Quando nós chegamos na secretaria hoje, a gente percebeu que tudo que foi feito não está bem centralizado, compilado e parece que você sempre tem que começar do zero alguma coisa. Então, a secretaria hoje que nós fomos, nós saímos de lá com esse dever. Escreva um histórico de tudo isso, junte todos os anexos, todos os documentos e isso tem que ser fortalecido. Gestão do conhecimento é tudo. Se a gente não tiver o repasse ao longo do tempo, as coisas vão se perdendo e a ideia que se tem é que a gente começa sempre reinventar a roda. Assim, a ideia que hoje, na reunião, é a nossa segunda reunião a respeito desse assunto, é fazer com que essas informações cheguem até outros locais com o apoio que está sendo solicitado junto ao COMDEMA, eu acho que fortalece muito, [...], até no sentido de busca de apoio financeiro, porque [...] mais nada, mas pelo menos a gente passa a ter um reconhecimento. E o meu papel que está colocado, uma vez que eu estou na universidade, é fortalecer essa ponte que existe entre a academia e esses órgãos. Então, parece que nós estamos dentro de uma redoma, quem está do lado de cá não vai para o lado de lá. E quem está do lado de cá, não vai para o lado de lá. O que eu percebi nas poucas reuniões que já participei, que nós não sabemos o que está acontecendo do lado de fora, mas que está do lado de fora não sabe as oportunidades que tem dentro da academia. E a gente tenta encurtar esse caminho, encurtando o caminho a gente consegue fazer muito mais coisas. Hoje, na hora que eu olhei aquela apresentação que teve a respeito do loteamento, pensei: Quantos alunos da engenharia ambiental poderiam participar desse processo inicial, fazer essas visitas a campo, prestar esse serviço porque é uma formação também para os alunos e, ao mesmo tempo, agilizar o processo e vir algo mais trabalhado aqui dentro do setor. Mas é isso. Acho que a ideia nossa é fazer com que as coisas aconteçam. E eu sonho começando agora, mas a minha ideia é fazer com que as coisas aos poucos, elas vão caminhando cada vez mais. E esse histórico tem que ser registrado de alguma maneira, tem que manter essas informações.

SR. PAULO: Pessoal, eu quero... Eu fiquei feliz de saber que o professor Evaldo está participando do Conselho Gestor da Educação Ambiental. Muito feliz. Porque é um dos pesquisadores mais sérios e mais brilhantes que eu já conheci na Universidade de São Paulo, na USP. E sempre ficava triste porque a participação social dele era muito pequena, sem muito dentro da academia. Então felicito muito a sua presença aqui e sua participação, Evaldo. E a Secretaria do Clima e Meio Ambiente, SAAE, que hoje está ocupando muitas funções ambientais, usem e abusem do Evaldo porque é realmente uma pessoa que pode dar muitas contribuições. Eu quero só... Eu compreendi perfeitamente porque não ser uma lei e ser um decreto. Agora eu acho assim, se for criado a figura do educador ambiental, local ou escolar, não sei o quê, isso é importante que seja por lei. Aí tem que se mexer na legislação da Secretaria da Educação, da Educação em si, para que isso conste com um cargo, uma carreira, alguma coisa, para não acontecer de novo o que aconteceu da outra vez. Então é isso.

SRA. LIANE: Paulo, a gente tinha uma sugestão de colocar numa Escola Nossa, Programa Escola Nossa, atrelar os educadores ambientais junto com esse programa, mas também com a conversa de hoje, ficou de ser avaliado novamente porque mudou, mudou o secretário então acabou, algumas informações não estavam muito assim, de conhecimento dele. Então acho que agora... Mas com certeza tem que ter algo, alguma forma de garantir na legislação. Então que seja via Secretaria de Educação, depois ter esses educadores ambientais, também concordo. Ou na revisão, também colocar na revisão, na próxima revisão do PROMEA também colocar uma coisa referente a isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Professora, eu só queria falar. Eu fui aluno do professor Evaldo. Estou gratamente surpreso de ver ele. A questão que o professor Arnaldo colocou, isso há muitos anos a gente tem percebido. E quando você vai para universidade, que sai da estrutura da Prefeitura, a gente vê essa dicotomia. E eu vou falar em nome do docente, mas com vários docentes, a gente discutia e, realmente, há um distanciamento. De um lado, um conhecimento, do outro, o outro e não se complementam e deveriam se complementar. E parabéns para vocês, Professor Evaldo, disponha da Defesa Civil no que a gente poderia ajudar, porque eu volto a dizer, todos os locais que temos degradação ambiental acaba em desastre. Pode ser pontual, pode ser que ainda não estão nem percebendo e, de repente, depois se tornou uma coisa maior. Então assim, o que precisar, a gente está à disposição. Parabéns a vocês.

SR. JUNIOR: Mais alguém? Não? Então vamos dar sequência para gente... Tem mais pontos de pauta ainda. Alguém é contra o decreto, a formalização do PROMEA via decreto? Não? Então está aprovado também, por unanimidade, a regulamentação via decreto. Só gostaria também de informar, a gente, como Secretaria, a gente vem buscando parcerias junto a USP, UFSCar. A gente já participa de dois projetos, um da USP e um da UFSCar. E também a gente vem buscando, professor Evaldo, prazer em conhecê-lo, ouvi falar bastante do professor. A demanda já tem uma lista, acho que uns dez projetos, para gente passar pro professor, para que a gente consiga fazer essa ponte entre secretaria, município e universidade. Eu venho da UFSCar, fiz mestrado e doutorado na UFSCar, mas também tenho vários amigos na USP e aí eu acho que é muito importante que a gente tenha essa articulação universidade, Prefeitura, para que a gente melhore a questão ambiental, social, enfim. Então obrigado pela parceria, que já está se iniciando.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O que eu tenho falado nessas reuniões que tenho participado é que, com a regulamentação da extensão, e aí eu entrei, na verdade, um tempinho já, trabalhando desde 2013 com projetos sociais, mas dentro de outro contexto, de uma organização não governamental, mas como membro do Ministério de Cultura e Extensão, eu tenho atuado agora com mais frequência ao assumir a vice-presidência dessa comissão. Então, tenho acompanhado essa mudança da USP e, a partir do momento que colocamos a regularização da extensão como obrigatória para os 10% de toda a carga horária do discente, isso é algo muito bom. Então, assim, se você pega o nosso curso de Engenharia Ambiental em torno de 4 mil horas, pelo menos 400 horas cada um tem que ter na sua carga horária como extensão. Se você multiplicar isso por 40 alunos, você imagina o quanto de horas que precisam ser compensadas, realizadas. E a extensão que se coloca é a extensão de fato, da gente ir até onde o problema existe, dar a nossa parcela de contribuição e promover mudanças. Então, se vocês não aproveitam disso também, por isso que o diálogo, ele é necessário, nós vamos continuar com esse impasse, como o Pedro estava falando, de um lado a gente caminha e do outro lado vocês caminham e ali dentro tem uma mão de obra qualificada que pode ajudar em muito o processo. Então fica aberto o diálogo, devemos fazer agora, no começo do ano que vem, uma reunião aberta da Comissão de Cultura, e Extensão e chamar todos da cidade para participar desse processo porque senão, a gente não caminha.

SR. JUNIOR: Obrigado e gostaríamos muito de participar. Estaremos presentes. A Giovana está encabeçando toda essa... Hoje nós sentamos ali, só em cinco minutos, achamos uns dez projetos, ideias, umas dez ações. Mas é muito boa. Muito boa essa parceria. Então, agora o último ponto, gente, para a gente... São 20h30, 20h20, a gente precisa de um representante da sociedade civil, das entidades para que componha a Comissão de revisão do Plano Diretor. Eu gostaria de saber, entre vocês, quem gostaria de estar presente, quem se habilitaria a essa árdua missão, que é uma missão que a gente tem as reuniões, tem as audiências, as discussões, mas que é importantíssimo; Ontem passamos frio, saímos quase 22h de lá, mas é muito importante discutir os diversos eixos que vão tratar do Plano Diretor. Então gostaria de saber se tem alguém, quem gostaria de ser esse representante do COMDEMA nessa comissão do Plano Diretor. Renan, Rita, Paulo Mancini.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNIOR: Júlia. Quem mais?

SR. PAULO: Júnior, a consideração que eu queria fazer era o seguinte. Eu fiquei sabendo que, na última reunião que teve da Comissão do Permanente da revisão do Plano Diretor, foi agregado um representante da Associação de moradores. Sei também que compõem a comissão a AESC, mas não tem

na composição representação de entidades ambientalistas. Então eu sugiro que nós aqui escolhamos um representante que seja representante das entidades ambientalistas. É essa a minha sugestão.

SR. JUNIOR: Ok. Quem está aqui presente que representa as entidades ambientalistas? Renan, da APASC. Júlia, Paulo. Nós temos a UFSCar também tem representação, a OAB também faz parte do conjunto, a AEASC. A AEASC já está.

SR. LAERTE: Não é só a AEASC. Se não me engano, o CRECI tem e a OAB também. O coordenador está aqui. Eu acho que ele pode...

SR. JUNIOR: André, você quer esclarecer alguma coisa sobre representatividade? É, foi agregando a questão do COMDUSC, também já está presente com o COMDEMA, as associações de moradores. Podemos eleger então entre Renan, Paulo e Júlia, são os três representantes de entidade ambientalista aqui presente. Quem gostaria? Renan? Você quer falar?

SR. RENAN: Renan da APASC. Eu coloco o nome à disposição, se o conselho achar que é devido, eu posso acompanhar esse processo.

SR. JUNIOR: Mais alguém? Não? Júlia? É, um titular e um suplente. Renan seria titular e Júlia suplente? Pode ser? Então todos estão de acordo? Sim? Então ficam eleitos o Renan como titular e a Júlia como suplente na comissão do Plano Diretor, representando o COMDEMA. Ok? Mais alguém, pessoal? Tem mais alguma colocação para fazer? Não? Então, muito obrigado pela presença de todos, uma boa noite. E quando nós tivermos, nós precisamos marcar uma pauta para que os temas que o Renan colocou para gente. A gente vê agora, no mês de outubro, Renan, uma pauta para que a gente trabalha os temas, tá bom? A Câmara Técnica o Rodson que está...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A de Saneamento também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A gente estava fechando aquela data.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É, a data da reunião da Comissão Técnica a gente ainda não fechou, deu um prazo [...] de poucos votos. Vou dar uma provocada amanhã para ver se... Está meio que empatado entre dia primeiro e dia dois.